



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA**

**CONCURSO PÚBLICO 04 / 2010**

**• 27 / JUNHO / 2010 •**

**CARGO DE:  
ADVOGADO**

**CONHECIMENTOS GERAIS****QUESTÃO 01**

O Artigo 19 da Lei Complementar 101/2000, em consonância com o Artigo 169 da Constituição Brasileira, determina que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não pode exceder um percentual indicado referente a receita corrente líquida, na União, nos Estados e nos Municípios. Assinale a alternativa que indica os percentuais estabelecidos para essas três instâncias governamentais:

- A) 40% na União, 70% nos Estados e 50% nos Municípios.
- B) 60% na União, 50% nos Estados e 60% nos Municípios.
- C) 50% na União, 60% nos Estados e 60% nos Municípios.
- D) 50% na União, 50% nos Estados e 50% nos Municípios.
- E) 60% na União, 70% nos Estados e 60% nos Municípios.

**QUESTÃO 02**

O Brasil possui uma forma de governo e um regime político-administrativo específicos. Assinale a alternativa que apresenta a forma de governo e o regime político existente no Brasil:

- A) República Federativa Capitalista.
- B) Monarquia Parlamentarista.
- C) Monarquia Democrática.
- D) República Federativa Parlamentarista.
- E) República Federativa Presidencialista.

**QUESTÃO 03**

O Brasil é uma Federação dividida em unidades políticas que são compostas pelos Estados e pelo Distrito Federal. Assinale a alternativa que apresenta o número de unidades políticas, de Estados e de distrito Federal no Brasil:

- A) 26 unidades políticas, sendo 24 Estados e dois Distritos Federais.
- B) 27 unidades políticas, sendo 25 Estados e dois Distritos Federais.
- C) 26 unidades políticas, sendo 25 Estados e um Distrito Federal.
- D) 27 unidades políticas, sendo 26 Estados e um Distrito Federal.
- E) 25 unidades políticas, sendo 24 Estados e um Distrito Federal.

**QUESTÃO 04**

Segundo o Artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecem a alguns princípios. Assinale a alternativa que apresenta esses princípios:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, pessoalidade e moralidade.
- C) pessoalidade, moralidade e eficiência.
- D) impessoalidade, publicidade, eficiência, coletividade e parcialidade.
- E) coletividade, pessoalidade, eficiência e ilegalidade.

**QUESTÃO 05**

Assinale a alternativa que apresenta o autor da letra e da música do hino do município de Nova Aurora:

- A) Sebastião Vergueiro Lima
- B) Carlos Silvério da Silva
- C) Sebastião Lima
- D) Agostinho da Luz
- E) Álvaro de Azevedo Lima

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 06**

Sobre a aplicação da lei penal, marque a alternativa certa.

- A) Considera-se praticado o crime no momento em que se dá, ou deveria dar-se o resultado pretendido pelo agente.
- B) Quanto ao lugar do crime, adota-se a teoria mista ou teoria da ubiqüidade.
- C) O princípio da irretroatividade da lei penal não admite exceções, por ser corolário do princípio da segurança jurídica.
- D) As leis excepcionais ou temporárias somente se aplicam enquanto durarem as circunstâncias que as determinaram, não produzindo efeitos após sua revogação, sendo os fatos ocorridos durante sua vigência considerados como atípicos.
- E) Lugar do crime é o local onde se consumar a infração ou o lugar em que for praticado o último ato de execução, no caso de tentativa.

**QUESTÃO 07**

Quanto à teoria do crime, marque a alternativa certa.

- A) É punível a tentativa mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta do objeto, não puder consumir-se o crime, uma vez que resta demonstrada a intenção anti-social do agente.
- B) Considera-se em legítima defesa quem pratica fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias não era razoável exigir-se.
- C) O arrependimento posterior ocorre quando o agente voluntariamente impede que o resultado se produza.
- D) Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- E) Se o fato é cometido em estrita obediência a ordem de superior hierárquico, ainda que seja manifestamente ilegal, só é punível o autor da ordem.

**QUESTÃO 08**

Quanto à mutabilidade e ao conteúdo, a Constituição Brasileira de 1988 pode ser classificada, respectivamente, como:

- A) material e semirrígida.
- B) semirrígida e formal.
- C) dogmática e material.
- D) rígida e analítica.
- E) rígida e formal.

**QUESTÃO 09**

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- A) não há pena de morte no Brasil, sendo inconstitucional qualquer emenda tendente a abolir essa cláusula pétreia.
- B) de acordo com entendimento sumulado do STF, a falta de defesa técnica realizada por advogado, no processo administrativo disciplinar, não ofende a Constituição Federal.
- C) a prática do racismo constitui crime inafiançável e insusceptível de graça ou anistia;
- D) é possível que haja reunião em praça municipal, desde que pacífica, sem armas, bastando, para isso, a autorização prévia da autoridade competente.
- E) é direito do trabalhador o gozo de férias anuais, remuneradas e acrescidas do quinto constitucional.

**QUESTÃO 10**

"O princípio da \_\_\_\_\_ vela para que o Ministério Público, como órgão autônomo, permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, possa concretamente desempenhar seu mister sem subordinação a qualquer outro órgão do Estado, tendo o membro do *Parquet* essa independência inclusive em relação aos órgãos do próprio Ministério Público." (Trecho adaptado de Almeida, Luiz Antonio de Freitas. Princípio do Promotor Natural – Reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, Editora Pillares, 2009).

Assinale a alternativa que conste o princípio constitucional institucional do Ministério Público que preenche a lacuna existente no texto acima.

- A) unidade.
- B) indivisibilidade.
- C) independência funcional.
- D) promotor natural.
- E) vitaliciedade.

**QUESTÃO 11**

Quanto às disposições constitucionais atinentes aos Municípios, assinale a alternativa correta.

- A) A criação de Tribunais de Contas Municipais somente pode ser feita por meio de Lei Complementar.
- B) Compete privativamente aos Municípios instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- C) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- D) A Câmara Municipal não gastará mais de 60% (sessenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- E) As contas dos Municípios ficarão, durante 180 (cento e oitenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

**QUESTÃO 12**

Tendo em vista que revogação e anulação são modalidades de extinção do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) Sendo o ato inconveniente ou inoportuno, poderá ser anulado tanto por via administrativa, quanto por via judicial.
- B) O efeitos da revogação são *ex nunc*, enquanto os da anulação são *ex tunc*.
- C) Havendo ilegalidade, o ato administrativo somente poderá ser revogado judicialmente, tendo em vista o princípio da presunção de legitimidade dos atos públicos.
- D) Nos casos de atos administrativos ilegais, apenas a Administração Pública cabe anulá-los, o que decorre do princípio da autotutela.
- E) Ato discricionário não pode ser revogado, sob pena de ferir o princípio da segurança jurídica.

**QUESTÃO 13**

Assinale a alternativa que contenha os atributos do ato administrativo.

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência.
- B) legitimidade, legalidade e competência.
- C) forma, finalidade, motivo e objeto.
- D) imperatividade, presunção de legitimidade e auto-executoriedade.
- E) legalidade, competência, finalidade, forma, motivo, motivação e objeto.

**QUESTÃO 14**

Tendo em vista o disposto na Lei de Licitações, assinale a alternativa correta.

- A) Tomada de preços, concorrência, pregão, cadastro, convite, concurso e leilão são modalidades de licitação.
- B) Tomada de preços, concorrência, pregão, cadastro, convite, concurso e leilão são tipos de licitação.
- C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório são princípios licitatórios expressos no texto da lei.
- D) É dispensável a licitação que vise à contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico, para regular preços ou normalizar o abastecimento.

**QUESTÃO 15**

Leia com atenção o texto abaixo:

"Em decorrência do princípio da continuidade da prestação do serviço público, não pode o contratante (particular) deixar de cumprir as cláusulas a que se havia obrigado. O interesse público, neste passo, é mais importante, não podendo a coletividade ficar à mercê das alterações contratuais, ou mesmo da inadimplência da Administração." (Trecho adaptado de Duarte, Leonardo Avelino, Lições de Direito Administrativo, 2009).

Tendo em vista o texto acima e as disposições da lei 8.666/93 sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Nem a administração, nem o contratado podem alegar a *exceptio non adimplendi contractus*.
- B) Em respeito a função social do contrato é que a Administração não pode rescindir o contrato por motivo de insolvência civil ou recuperação judicial, embora a rescisão seja possível nos casos em que a falência já houver sido decretada.
- C) Apenas atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura ao contratado o direito de alegar a exceção do contrato não cumprido;
- D) Tendo em vista o artigo 78 da lei 8.666, apenas a Administração Pública pode valer-se da exceção do contrato não cumprido.
- E) O atraso, ainda quando justificado, no início da obra, é motivo bastante para a rescisão do contrato administrativo.

**QUESTÃO 16**

Assinale a alternativa que esteja de acordo com as disposições da Lei Complementar 101/2000.

- A) Os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril.
- B) O Relatório de Gestão fiscal será emitido a cada trimestre pelos titulares do Poderes e pelos órgãos públicos competentes.
- C) Os títulos da dívida pública não poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, nem em outras transações.
- D) A Lei Complementar 101/2000 atribui competência exclusiva e indelegável ao Poder Legislativo para a fiscalização do cumprimento de suas normas.
- E) É válido o ato de desapropriação de imóvel urbano, ainda que expedido sem a indenização prévia, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.

**QUESTÃO 17**

Tendo em vista as disposições do CTN sobre obrigações tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) A obrigação acessória decorre da principal e tem por objeto tão somente as prestações positivas nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- B) As pessoas que tenham interesse comum em situação que constitua fato gerador de obrigação tributária são subsidiariamente responsáveis por seu adimplemento.
- C) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- D) A não observância da obrigação acessória, por si só, não pode gerar penalidade pecuniária se a obrigação principal estiver quitada.
- E) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

**QUESTÃO 18**

Levando em conta a Limitação ao Poder de Tributar, assinale a alternativa correta.

- A) Os templos religiosos estão abrigados pelo manto da imunidade, somente tendo de recolher aos cofres públicos o IPTU.
- B) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- C) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderão ser concedidos mediante lei genérica federal, que regule exclusivamente o tributo ou contribuição.
- D) Sobre os livros, incide a imunidade tributária, diferentemente do que ocorre com o papel destinado aos jornais, devido à supremacia do interesse público, existente no primeiro caso e inexistente no segundo.
- E) Não estão resguardados pela imunidade tributária nem livros, nem jornais, nem periódicos.

**QUESTÃO 19**

Levando em conta o regime jurídico do IPTU, assinale a alternativa correta.

- A) O IPTU é um imposto pessoal e, por isso, é cobrado pelo Município dos proprietários de imóveis urbanos.

- B) Para satisfazer o critério espacial da incidência do IPTU, basta que o imóvel se encontre dentro dos limites do Município, ainda que em área rural.
- C) A competência para instituir esse tributo é estadual, mas sua cobrança é privativa dos Municípios.
- D) O IPTU é um tributo real, cuja alíquota tem por base o valor venal do imóvel.
- E) Ser apenas titular de domínio útil de imóvel não é suficiente para a caracterização da sujeição passiva do IPTU.

**QUESTÃO 20**

Tendo em vista o Mandado de Segurança, cujo regime jurídico é ditado pela Lei 12.016/2009, assinale a alternativa correta.

- A) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- B) Pelo princípio da inafastabilidade do Judiciário, conceder-se-á mandado de segurança ainda que de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- C) De acordo com a lei, é correto conceituar como autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado, ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- D) O ingresso de litisconsorte ativo somente será admitido após o despacho da petição inicial.
- E) A lei 12.016/2009 consolida o entendimento jurisprudencial sumulado, que vincula a impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade de classe à autorização específica dos associados.

**QUESTÃO 21**

Levando em conta a Seção III do Título V do Código de Processo Civil, que traz as normas atinentes aos atos judiciais, identifique a alternativa correta.

- A) Em transigindo as partes, a sentença será meramente terminativa.
- B) Sentenças meramente terminativas são aquelas em que não há análise do mérito.
- C) Decisões interlocutórias podem ser dadas por servidor, quando expressamente lhe for outorgada essa competência, por meio de portaria, para atos meramente ordinatórios.
- D) Sentenças podem ser conceituadas como atos decisórios do juiz em relação a questões incidentes, sem dar fim ao processo.
- E) Os despachos, embora não tenham quase nenhum conteúdo decisório, impõem a marcha do processo, razão pela qual são imprescindíveis para garantir a vista obrigatória às partes.

**QUESTÃO 22**

Quanto às obrigações, indique a alternativa correta.

- A) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- B) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- C) A restituição voluntária do objeto empenhado extingue tacitamente a dívida.
- D) Para que ocorra a novação por substituição do devedor, faz-se necessário o consentimento expresso deste.
- E) Em regra, o pagamento se realiza no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

**QUESTÃO 23**

Quanto às disposições que regulamentam a propriedade no Código Civil, indique a alternativa que contenha a assertiva correta.

- A) A propriedade do solo abrange os recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos aí existentes.
- B) Aquele que restituir coisa achada, fruto de descoberta, terá direito a uma recompensa não inferior a cinco por cento do seu valor, além da indenização pelas despesas que houver feito coma a conservação e transporte da coisa, se o dono não preferir abandoná-la.
- C) Aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título ou boa-fé e de aí viver ou ter realizado obras e serviços de caráter produtivo, podendo requerer que ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título no Cartório do Registro de Imóveis.
- D) A aluvião ocorre quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destaca de um prédio e se junta a outro, fazendo com que o dono deste adquira a propriedade do acréscimo.
- E) A propriedade das coisas móveis se transmite pelos negócios jurídicos antes da tradição.

**QUESTÃO 24**

Quanto às disposições legais do Código Civil relativas à prescrição, marque a alternativa correta.

- A) Prescreve, em cinco anos, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- B) A pendência de ação de evicção não impede nem suspende a prescrição.
- C) Prescreve, em dois anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos.
- D) Prescreve, em cinco anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- E) A renúncia à prescrição somente é válida quando feita expressamente e por instrumento específico.

**QUESTÃO 25**

Levando em consideração as normas da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A repristinação é possível no ordenamento jurídico brasileiro, ainda que não seja a regra, desde que devidamente expressa pela lei revogadora.
- B) Nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- C) As correções de texto de lei, ainda que já em vigor, não se consideram lei nova.
- D) A lei em vigor terá efeito imediato e específico, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- E) É vedada a aplicação da analogia, mesmo que a lei seja omissa, pois sua aplicação resultaria em violação à separação dos poderes.